

A Universidade pública para o século XXI

Anderson Cristopher dos Santos – UFRN

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

O professor Boaventura de Sousa Santos dá continuidade, nesse ensaio conciso, claro e fluido, a seu diagnóstico sobre a crise universitária. Nele, a universidade é analisada ao modo de sua proposta de pesquisa-ação. Apesar de alertar no prefácio que se trata de um texto de intervenção num debate – de fato, o debate patrocinado pelo Ministério da Educação do Brasil, em 2004 –, é um texto enriquecedor e adicional aos debates iniciados em um de seus mais famosos livros, *Pela mão de Alice*. Cabe dizer que neste ensaio aqui resenhado, o autor privilegia, na análise, a universidade pública, argumentada conforme os ideais social-democratas, afirmando ser o Estado, nas periferias do sistema capitalista, ainda o único grande agente de mudanças, embora Sousa Santos proponha um modelo de cooperação trans-nacional entre as nações e os países, como uma tentativa para solapar os projetos nacionais auto-referentes, historicamente voltados para as elites de cada país.

A estrutura desse ensaio é a seguinte: na primeira parte, é feito um diagnóstico da crise universitária, que segundo o autor é a relação de três crises; e na segunda parte, a par desse diagnóstico, propõe uma condução que arregimente os intelectuais, despojando-os de suas querelas no campo intelectual; os políticos profissionais; e os cidadãos interessados numa empresa reformista, cujo viés seria a radicalização da democracia e a reinvenção da emancipação social.

A crise universitária, pois, seria a articulação das crises de hegemonia; de legitimidade; e de institucionalidade. A hegemonia, segundo Boaventura de Sousa Santos, perdeu-se para sempre, cabendo investir na re-elaboração da legitimidade e na reestruturação institucional, evidentemente com investimentos entrelaçados.

Por crise de hegemonia, compreende que é resultante de atribuições funcionais contraditórias, uma vez que, além de produtora da alta cultura e formadora das elites, função datada já dos idos da Idade Média, a universidade é também produtora de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, para formar mão-de-obra qualificada. A incapacidade de desempenhar “cabalmente”

essas duas funções teria levado os agentes econômicos a privilegiar meios alternativos, fora do contexto universitário.

A crise de legitimidade ensejou-se pela perda da consensualidade que outorgava à universidade a pecha de organizadora do conhecimento, fato consumado pela contradição entre a hierarquização dos saberes especializados, empreendida através de restrições ao acesso e ao credenciamento de competências, e pelas exigências sócio-políticas por uma democratização da universidade, reivindicando a formação, também, dos filhos das classes populares.

A crise institucional efetou-se pela contradição entre a autonomia universitária, a eficácia de natureza empresarial e a responsabilidade social. A universidade passa a ser crescentemente, na percepção do autor, intimada a participar mais diretamente de outras relações sociais, sejam de produção, ou de emancipação.

O autor traz também argumentações históricas contextuais ao enfatizar que, na década de 1990, deu-se ênfase exagerada e exclusiva à crise institucional, repercutindo na descaracterização intelectual da universidade (para combater a crise de hegemonia) e na superfragmentação e desvalorização dos diplomas universitários, em geral (como forma de combate à crise de legitimidade). A universidade, de produtora para o mercado, passou a se produzir como mercado.

Pelo modelo neoliberal, as debilidades institucionais da universidade foram identificadas, segundo o autor, como insuperáveis e justificariam a sua abertura ao mercado, como ocorreu com o setor de saúde, nos anos 1970. Entre as décadas de 1980 e 1990, consolidaram-se os mercados educacionais nacionais e, a partir de 1990, emergiu um mercado transnacional, patrocinado por instituições multilaterais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Ao conferir o mesmo estatuto às universidades públicas e privadas, o modelo neoliberal de reestruturação global das universidades incentivou uma acumulação primitiva do capital, e é nesse momento que ocorre a descapitalização da universidade pública, que irá culminar na proletarização dos pesquisadores e dos docentes, forçando-os a aderir total ou parcialmente aos quadros das universidades privadas, assim dispensadas de formar os seus próprios quadros docentes. Essa descapitalização força as instituições universitárias a captar recursos na esfera da concorrência privada, procurando criar receitas próprias, capitulando a universidade à lógica do mercado capitalista.

Uma vez que as transformações do capitalismo tardio alavancaram também modificações na formulação do conhecimento, modificações irreversíveis, ao projeto de reinvenção da emancipação social caberia, segundo o autor, uma globalização contra-hegemônica, que convertesse tais modificações em prol da radicalização da cidadania: reconhecendo tanto a igualdade; quanto a diferença dos

agentes humanos. Reconhecendo, por conseguinte, que não há possibilidade de solução nacional sem uma articulação global, enfrentando assim, o novo com o novo.

Boaventura de Sousa Santos propõe ainda que se procure identificar a crise universitária, tomando conhecimento e compreendendo que nem sempre uma reforma é contra a universidade. Mas, para isto, a crise de legitimidade e de hegemonia precisariam ser revisitadas, porque o ataque neoliberal teria sido tão maciço que seria impossível dissociar o fenômeno dos termos neoliberais, demonstrando a crise de hegemonia, uma vez que a universidade perdeu a capacidade de definir qual realmente é a sua crise. Uma resposta quiçá hostil às transformações apenas aprofundaria a perda de legitimidade da universidade. Sugere que, além dessas lutas pela definição de crise, é necessário lutar para reconquistar a legitimidade; para criar uma nova institucionalidade; e para regular o setor universitário privado. Estas seriam lutas inevitáveis para a reconstrução universitária.

Para Sousa Santos, a reconquista da legitimidade, cinco domínios deveriam ser privilegiados: o acesso; a extensão; a pesquisa-ação; a ecologia dos saberes; e a manutenção da universidade e da escola pública.. Desaconselha a criação de uma nova institucionalidade, por entender que basta ampliar a democracia interna e externa, pois o meio universitário não estaria apto a contemplar esses domínios sem esta ampliação. A universidade precisa, segundo a proposta de Sousa Santos, converter-se em um espaço onde os diferentes saberes dialogariam, entrelaçando-se como forma de resposta a problemas multifacetados da humanidade, daí seu papel estratégico na formulação de novos projetos nacionais, comprometidos com as noções de interdependência e de cooperação em todos os espaços sociais.

Alerta para o avanço da democracia externa, afirmando que esta, na universidade, confunde-se com a própria responsabilidade social, mas também pode se converter na transformação da universidade num mero negócio, e daí a sua indissociabilidade com a democracia interna, cujo avanço poria uma barreira e uma limitação às relações universidade-indústria.

Em sua concepção, a própria definição de universidade somente pode ser reconstruída através do entrelaçamento dos intelectuais com os políticos profissionais e os cidadãos, para juntos empreender uma nova epistemologia, que abarque a pluriversidade e a ecologia das idéias. Definição inescapável, quando se estabelecem padrões mínimos a serem cumpridos para a constituição de uma instituição universitária, que barre o nivelamento “por baixo”.

Esse livro se destina a todos os interessados na temática da universidade e suas funções sociais e da reforma universitária, como temática que se articula a outros setores da vida social, pois procura apreendê-la assim em uma perspectiva relacional. A forma como Boaventura de Sousa Santos redigiu e como articulou as suas idéias, fazem deste ensaio uma grande ferramenta cognitiva dentro e fora das univer-

sidades e das discussões estritamente acadêmicas. Insere-se, portanto, em propostas de reinvenções sociais de estudantes e professores interessados em uma sociedade mais igualitária.